



## **COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

### **ATA NÚMERO 64/XII/ 3.ª SL**

Aos 4 dias do mês de junho de 2014, pelas 10 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Distribuição de iniciativas europeias;**
- 3. Designação de relator para o Relatório Anual de Atividades do Provedor de Justiça - 2013**
- 4. Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
  - **Proposta de lei n.º 224/XII/3.ª (GOV) – Autoriza o Governo a aprovar o novo Código do Procedimento Administrativo**  
Relator – Deputado Filipe Neto Brandão (PS);
  - **Projeto de lei n.º 600/XII/3.ª (PS) – Assegura a transparência e o bom governo**  
Relator - Deputado Hugo Lopes Soares (PSD);
  - **Projeto de lei n.º 601/XII/3.ª (PS) – Dá pleno cumprimento às recomendações dirigidas a Portugal em matéria de combate à corrupção pelo grupo de Estados do Conselho da Europa contra a corrupção, pelas Nações Unidas e pela OCDE**  
Relator: Deputado Hugo Lopes Soares (PSD)
- 5. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:**
  - **Projeto de lei n.º 286/XII/2.ª (BE) - Altera a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa em matéria de acesso a documentos;**
  - **Projeto de lei n.º 287/XII/2.ª (BE) - Altera a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, reforçando as competências da Comissão de Fiscalização de Dados do SIRP nos casos de recolha ilegítima de informação por parte dos Serviços de Informações;**
  - **Projeto de lei n.º 288/XII/2.ª (BE) - Altera a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, consagrando o "período de nojo" para os seus dirigentes e funcionários com especiais responsabilidades;**
  - **Projeto de lei n.º 302/XII/2.ª (PCP) - Cria a Comissão da Assembleia da República para a Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa;**



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 64/XII/ 3.<sup>a</sup> SL

- Projeto de lei n.º 437/XII/2.<sup>a</sup> (PSD e CDS-PP) - Alteração à Lei n.º 30/84, de 5 de setembro, alterada pelas Leis n.ºs 4/95, de 21 de fevereiro, 15/96, de 30 de abril, e 75-A/97, de 22 de julho, e pela Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6 de novembro (Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa - SIRP);
- Projeto de lei n.º 556/XII/3.<sup>a</sup> (BE) - Protege a Missão do SIRP e o Segredo de Estado, criando inibições ao vínculo imediato e reforçando direitos fundamentais em processo judicial (1.<sup>a</sup> alteração à Lei n.º 9/2007, de 19 de fevereiro, e 5.<sup>a</sup> Alteração à Lei n.º 30/84, de 5 de setembro);
- Projeto de lei n.º 465/XII/3.<sup>a</sup> (PSD e CDS-PP) – Aprova o regime do segredo de Estado;
- Projeto de lei n.º 466/XII/3.<sup>a</sup> (PSD e CDS-PP) – Cria a Entidade Fiscalizadora do Regime do Segredo de Estado;
- Projeto de lei n.º 553/XII/3.<sup>a</sup> (PCP) – 1.<sup>a</sup> alteração à Lei n.º 6/94, de 7 de abril, que aprova o regime do segredo de Estado;
- Projeto de lei n.º 554/XII/3.<sup>a</sup> (PS) – Regime das Matérias Classificadas;
- Projeto de lei n.º 555/XII/3.<sup>a</sup> (PS) – Regime do segredo de Estado;
- 6. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:
  - Projeto de Lei n.º 474/XII/3.<sup>a</sup> (PS) - "Aprova o regime sancionatório aplicável aos maus-tratos contra animais e alarga os direitos das associações zoófilas, procedendo à 2.<sup>a</sup> alteração à Lei n.º 92/95, de 12 de setembro";
  - Projeto de Lei n.º 475/XII/3.<sup>a</sup> (PSD) - "Altera o Código Penal, criminalizando os maus tratos a animais de companhia;
- 7. Apreciação e votação do parecer solicitado pela Comissão de Saúde no âmbito da apreciação na especialidade da proposta de lei n.º 205/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) - Procede a alterações ao Decreto-Lei n.º 189/2000, de 12 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 134/2005, de 16 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 189/2008, de 24 de setembro, ao Decreto-Lei n.º 145/2009, de 17 de junho, e ao regime geral das participações do Estado no preço dos medicamentos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 48-A/2010, de 13 de maio;  
Relator: Deputado Filipe Neto Brandão (PS)
- 8. Apreciação e votação do parecer solicitado pela Comissão de Assuntos Europeus sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2014;  
Relator: Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD)
- 9. Apreciação e votação de relatórios finais de petições;

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 64/XII/ 3.ª SL**

**10. Apreciação e votação das atas n.ºs 56/XII/3.ª a 63/XII/3.ª, correspondentes às reuniões de 7 a 29 de maio de 2014;**

**11. Outros Assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, procedeu-se à distribuição e designação de relatores das seguintes iniciativas legislativas:

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR
Proposta de lei n.º 228/XII/3.ª (ALRAM)	<a href="#">Estratégia nacional para a proteção das crianças contra a exploração sexual e os abusos sexuais.</a>	Deputado António Filipe (PCP)
Projeto de lei n.º 607/XII/3.ª (PS)	<a href="#">Altera o Código Civil, promovendo o alargamento do regime de exercício de responsabilidades parentais em caso de ausência, incapacidade, impedimento ou morte de progenitor.</a>	Deputado Hugo Lopes Soares (PSD)
Projeto de resolução n.º 1050/XII/3.ª (PSD/CDS)	<a href="#">Institui o Dia Nacional do Peregrino</a>	Deliberada a respetiva apreciação em Plenário
Proposta de resolução n.º 77/XII/3.ª (GOV)	<a href="#">Aprova a Convenção Internacional para Eliminação de Atos de Terrorismo Nuclear, adotada em Nova Iorque, em 13 de Abril de 2015</a> <i>É competente a 2.ª Comissão, em conexão com a 1.ª Comissão</i>	Para conhecimento



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 64/XII/ 3.ª SL**

Em seguida, passou-se à distribuição das seguintes iniciativas europeias:

<b>Título do Documento</b>	<b>Deputado Relator</b>	<b>Data-limite de envio à CAE:</b>
<i>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Primeiro relatório sobre os progressos da aplicação, pela Rússia, das medidas comuns para um regime de isenção de vistos em viagens de curta duração de cidadãos russos e da UE ao abrigo do Diálogo UE-Rússia sobre Vistos [COM(2014)923].</i>	<b>Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP)</b>	NA
<i>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO relativa à iniciativa de cidadania europeia «Um de nós» [COM(2014)355].</i>	<b>Deputado João Lobo (PSD)</b>	NA

No ponto seguinte da ordem do dia, foi designado relator para o [Relatório Anual de Atividades do Provedor de Justiça – 2013](#) o Senhor Deputado João Lobo (PSD).

No quarto ponto da ordem do dia, procedeu-se à apreciação do parecer sobre a [proposta de lei n.º 224/XII/3.ª \(GOV\)](#) – Autoriza o Governo a aprovar o novo Código do Procedimento Administrativo, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS). Após um breve debate, em que interveio o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD), que felicitou o Deputado relator pelo parecer emitido e sugeriu que, para futuro, a citação de pareceres requeridos a entidades terceiras passasse a constar da parte relativa à opinião do relator em vez de fazer parte dos considerandos, o parecer foi submetido a votação e aprovado (partes I e III) por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

Foi igualmente apreciado o parecer sobre o [projeto de lei n.º 600/XII/3.ª \(PS\)](#) – Assegura a transparência e o bom Governo, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Hugo Lopes Soares (PSD). No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do BE e do PEV.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 64/XII/ 3.ª SL

Foi, ainda, apreciado o parecer sobre o [projeto de lei n.º 601/XII/3.ª \(PS\)](#) - Dá pleno cumprimento à recomendações dirigidas a Portugal em matéria de combate à corrupção pelo grupo de estados do Conselho da Europa contra a corrupção, pelas Nações Unidas e pela OCDE, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Hugo Lopes Soares (PSD). No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do BE e do PEV.

No quinto ponto da ordem do dia, foi requerido o adiamento da discussão e votação na especialidade dos seguintes diplomas: [projeto de lei n.º 286/XII/2.ª \(BE\)](#) - Altera a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa em matéria de acesso a documentos; [projeto de lei n.º 287/XII/2.ª \(BE\)](#) - Altera a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, reforçando as competências da Comissão de Fiscalização de Dados do SIRP nos casos de recolha ilegítima de informação por parte dos Serviços de Informações; [projeto de lei n.º 288/XII/2.ª \(BE\)](#) - Altera a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, consagrando o "período de nojo" para os seus dirigentes e funcionários com especiais responsabilidades; [projeto de lei n.º 302/XII/2.ª \(PCP\)](#) - Cria a Comissão da Assembleia da República para a Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa; [projeto de lei n.º 437/XII/2.ª \(PSD e CDS-PP\)](#) - Alteração à Lei n.º 30/84, de 5 de setembro, alterada pelas Leis n.ºs 4/95, de 21 de fevereiro, 15/96, de 30 de abril, e 75-A/97, de 22 de julho, e pela Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6 de novembro (Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa – SIRP); [projeto de lei n.º 556/XII/3.ª \(BE\)](#) - Protege a Missão do SIRP e o Segredo de Estado, criando inibições ao vínculo imediato e reforçando direitos fundamentais em processo judicial (1ª alteração à Lei n.º 9/2007, de 19 de fevereiro, e 5.ª Alteração à Lei n.º 30/84, de 5 de setembro); [projeto de lei n.º 465/XII/3.ª \(PSD/CDS-PP\)](#) - Aprova o regime do segredo de Estado; [projeto de lei n.º 466/XII/3.ª \(PSD/CDS-PP\)](#) - Cria a Entidade Fiscalizadora do Regime do Segredo de Estado; [projeto de lei n.º 553/XII/3.ª \(PCP\)](#) - 1.ª alteração à Lei n.º 6/94, de 7 de abril, que aprova o regime do segredo de Estado; [projeto de lei n.º 554/XII/3.ª \(PS\)](#) - Regime das Matérias Classificadas; e [projeto de lei n.º 555/XII/3.ª \(PS\)](#) - Regime do Segredo de Estado.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 64/XII/ 3.ª SL

A este propósito, intervieram, além do Senhor Presidente, as Senhoras e os Senhores Deputados Teresa Leal Coelho (PSD), Teresa Anjinho (CDS-PP), Pedro Delgado Alves (PS), Carlos Abreu Amorim (PSD) e António Filipe (PCP). A Senhora Deputada Teresa Leal Coelho (PSD) reafirmou a urgência na conclusão deste processo legislativo, mas admitiu um ligeiro adiamento em nome da necessidade de obtenção de consenso nestas matérias, tendo ficado acordado entre os grupos parlamentares presentes que a votação destas iniciativas legislativas seria adiada para a reunião seguinte, no dia 11 de junho.

No sexto ponto da ordem do dia, a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, procedeu-se igualmente ao adiamento da discussão e votação na especialidade do [projeto de lei n.º 474/XII/3.ª \(PS\)](#) - Aprova o regime sancionatório aplicável aos maus-tratos contra animais e alarga os direitos das associações zoófilas, procedendo à 2.ª alteração à Lei n.º 95/95, de 12 de setembro – e do [projeto de lei n.º 475/XII/3.ª \(PSD\)](#) - Altera o Código Penal, criminalizando os maus-tratos a animais de companhia, com o objetivo de se proceder à elaboração de um texto comum de substituição.

No ponto seguinte da ordem do dia, foi adiada a apreciação do parecer solicitado pela Comissão de Saúde no âmbito da apreciação na especialidade da [proposta de lei n.º 205/XII/3.ª \(GOV\)](#) - Procede a alterações ao Decreto-Lei n.º 189/2000, de 12 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 134/2005, de 16 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 189/2008, de 24 de setembro, ao Decreto-Lei n.º 145/2009, de 17 de junho, e ao regime geral das comparticipações do Estado no preço dos medicamentos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 48-A/2010, de 13 de maio, a pedido do respetivo relator, Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS)

Seguiu-se a apreciação do parecer solicitado pela Comissão de Assuntos Europeus sobre o [Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2014](#), que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD). No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 64/XII/ 3.ª SL

A apreciação e votação dos relatórios finais das petições n.ºs [369/XII/3](#) - Contra o encerramento da 44.ª esquadra da PSP (Lumiar, Lisboa) e pelo reforço de policiamento de proximidade, e [379/XII/3](#) - Solicita a alteração da idade mínima de elegibilidade do Presidente da República foram adiadas para a reunião seguinte, uma vez que não se encontrava presente a respetiva relatora, Senhora Deputada Andreia Neto (PSD)

Por último, o Senhor Presidente colocou à votação as atas n.ºs 56 a 63/XII/3.ª, correspondentes, respetivamente, às reuniões de 7 a 29 de maio de 2014, que foram aprovadas por unanimidade, na ausência do BE e do PEV.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de junho de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Fernando Negrão)

Nota: aprovada em 02-07-2014



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 64/XII/ 3.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe  
António Gameiro  
Carlos Peixoto  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
Francisca Almeida  
Hugo Lopes Soares  
Hugo Velosa  
Isabel Alves Moreira  
João Lobo  
Jorge Lacão  
José Magalhães  
Luís Pita Ameixa  
Maria Paula Cardoso  
Paulo Rios de Oliveira  
Paulo Simões Ribeiro  
Teresa Anjinho  
Teresa Leal Coelho  
Carlos Abreu Amorim  
Margarida Almeida  
Pedro Delgado Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
Isabel Oneto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Cecília Honório  
José Luís Ferreira  
Telmo Correia